

Na contramão da história

Conquistas
nacionais

Roberto de Moraes Maisonnave

24 ABR 1969

Ao contrário de assumir as prerrogativas perdidas em quase três décadas de autoritarismo, o Congresso Nacional entrou na contramão da história, insurgiu-se contra a posição nacional de dar um basta nos excessos de pessoal, na manutenção de organismos sem finalidade, na permanência de um quadro incompatível com a modernização que todos propugnam para o setor público brasileiro.

As demissões anunciadas no Plano Verão, a extinção de fundações e autarquias, a privatização das estatais em pouco concorreriam para reverter o atual quadro do déficit público. Medidas sempre anunciadas, quase sempre proteladas, tinham muito mais o poder do impacto do que a efetividade de tornar a receita e a despesa igualitárias. Na verdade, elas sintetizavam a introdução clara e simples de uma aspiração nacional, de uma imperiosidade administrativa, qual seja a reformulação da máquina pública numa nação onde as mudanças no setor privado são rápidas e não têm a contrapartida do acerto por parte dos dirigentes oficiais.

O governo tentou fechar o dispensável e não encontrou eco no Congresso, que não se limitou a não aceitar a decisão, mas recriou aquilo que não precisava mais existir, desservi o país, atestou que está em desconformidade com aqueles que afirma representar. E este tem sido o Congresso pós-constituente: não consegue efetivar a complementariedade das leis que sedimentarão a Constituição, caracteriza-se muito mais pelas ausências do que pelas presenças, deu à sociedade um presidencialismo no Executivo, parlamentarismo congressionalmente, indefinindo o regime, interferindo na política salarial, tumultuando a administração, inviabilizando o Executivo sem ter dado mostra suficiente de substituí-lo.

O vácuo que se formou repete todos os erros do presidencialismo sem nenhuma virtude do parlamentarismo, e quando o ciclo da incompetência começa a findar-se em 15 de novembro é de se perguntar se o presente quadro que se delega ao novo presidente não será o ideal para criação de crises, de confrontos de que a história continental é pródiga em exemplos de como terminam, o tempo que duram e o que custam estes rompimentos institucionais.

A avaliação da responsabilidade do Congresso tantas vezes realizada, tantas vezes comprobatória de desconformidade popular atinge seu ponto máximo, marcado pela inércia, fundamentado no compromisso com o passado, arraigado na conservação dos favores concedidos. Sem poder de ser dissolvido para enfrentar o referendo popular, a representatividade máxima de uma sociedade sucumbe por seus próprios atos, pelo despreparo, pela inabilidade até mesmo ao optar pela definição de um regime para o país, pagando e transferindo um ônus que, mais cedo ou mais tarde, vai chegar ao momento da renovação, de homens, de idéias e, sobretudo, de regime: do impune presidencialismo ao sempre cobrável parlamentarismo.

“Raul Pilla acentuava muito bem que somente no parlamentarismo o povo é o soberano de todos os dias das decisões políticas do país. No presidencialismo, dizia ele, o povo é o soberano de um só dia, do dia das eleições, pois no dia seguinte assume o eleito, que passa a ser o dono, o senhor único e absoluto do cargo em que foi empossado, até as eleições seguintes e novo mandato, seja como deputado, governador ou presidente da República.”

Roberto de Moraes Maisonnave, empresário, é diretor-presidente das Lojas Imcosul S.A.